

DA POSSE AO FUNDO DO POÇO: MIGRAÇÃO SAZONAL DE LAVRADORES DA CHAPADA DIAMANTINA NO ESTADO DA BAHIA PARA TRABALHAR NA CONSTRUÇÃO CIVIL PAULISTANA¹

José Sidnei Gonçalves²

1 - INTRODUÇÃO

As migrações do campo para as cidades representam o movimento mais geral inerente ao processo de urbanização que ocorreu na sociedade mundial com o avanço do desenvolvimento capitalista. Nesse processo a população originariamente localizada no meio rural muda-se para as cidades que passam a deter a parcela majoritária dos indivíduos. Além disso, houve uma tendência à concentração de pessoas em regiões de maior desenvolvimento. No Brasil a partir principalmente da década de 40, mas com maior intensidade nos anos 60 e 70, esse movimento concentrou população em grandes cidades do Centro-Sul num processo intenso de urbanização e metropolização. Na década de 70, o ímpeto dessa migração não apenas reduz-se como o destino preferencial deixa de ser as metrópoles para centrar-se nas cidades médias. Além disso, o Brasil-Central passa a receber contingentes expressivos dos migrantes inter-regionais em sua maioria tendo como origem o Nordeste (MARTINE, 1993).

Essa característica mais geral da migração rural-urbana não envolve apenas mudanças de caráter permanente. Uma parcela da mão-de-obra da construção civil realiza migração temporária ou sazonal revertendo o sentido do fluxo no sentido urbano-rural num determinado período do ano. Essa opção não é recente, na realidade sempre existiu tendo surgido com a expansão acelerada da urbanização brasileira. Na década de 60, ela também deslocou-se das grandes cidades para as menores e nos anos 80 e início dos 90, este processo perpetua-se com a crise do setor da construção. As grandes obras públicas escassearam na década de 80 depois de um período áureo nos anos 70, levando à redução as oportunidades de emprego. Entretanto, as construções de prédios de apartamentos ressurgem nos últimos dois anos com o processo de recuperação da economia

brasileira. Dentre esses trabalhadores que deixam suas propriedades rurais para atuarem na construção civil estão os poceiros. Eles são posseiros por cerca de seis meses na origem e poceiros pelo restante do ano no destino. Contudo, esse tipo de ocupação temporária urbana de migrantes oriundos do meio rural tem sido pouco estudada, encontrando-se um vazio de literatura relacionando as realidades de origem e destino desses personagens.

Os estudos sobre as migrações sazonais quase sempre têm mostrado as vindas e voltas de lavradores de regiões pobres do Nordeste como a Chapada Diamantina no Estado da Bahia e Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais rumo às regiões produtoras de matérias-primas industriais do Sudeste brasileiro. Os casos mais estudados tratam principalmente desse fenômeno em relação à colheita da cana para indústria, laranja, café e algodão das regiões de agricultura dinâmica como a de Ribeirão Preto, embora esse fato também pode ser detectado em culturas alimentares como é o caso do feijão do sudoeste do Estado de São Paulo. A situação de extrema exploração a que vem sendo submetida essa força de trabalho está caracterizada em inúmeros trabalhos destacando as precárias condições de vida e os baixos salários. Mostram também a funcionalidade dessa situação para a reprodução da pobreza nas periferias interioranas, uma vez que esses migrantes produzem por pouco em condições extremamente desumanas (GEBARA; BACARIN; BORBA, 1986).

A importância dessa mão-de-obra pode ser avaliada pela sazonalidade do emprego na agropecuária paulista, cujo maior pico ocorre entre junho e agosto quando se dá a colheita da cana para indústria, seguido de março a maio na colheita da safra de verão e em setembro e outubro no plantio da safra de verão e colheita da laranja. Esse quadro completa-se com uma fase de pouco emprego entre novembro e

fevereiro (BAPTISTELLA et alii, 1994). Nesse panorama de estacionalidade encontra-se a explicação para o começo da vinda no fluxo da migração sazonal a partir de março, intensificando-se até a metade do ano para em seguida iniciar a volta que ganha maior dimensão no final do ano. O pico de estacionalidade de julho e agosto tem diminuído como efeito da mecanização da colheita da cana para indústria, que pode ganhar contornos ainda mais expressivos com o avanço na adoção dessa tecnologia (VEIGA FILHO et alii, 1994).

O presente texto pretende contribuir para o conhecimento de um outro perfil de migração sazonal, a rural-urbana. Para isso, busca relatar aspectos da vida desse contingente de migrantes sazonais, ora posseiros ora poceiros, que vêm trabalhar na construção civil. São oriundos dos campos de lavouras mais pobres do Brasil, normalmente da região Nordeste. Discutirá o processo envolvendo trabalhadores originários da Chapada Diamantina no Estado da Bahia que deixam temporariamente suas lavouras para trabalharem construindo a base dos enormes prédios erguidos em toda capital paulista. Das condições adversas de sobrevivência nas propriedades rurais de origem, esses migrantes submetem-se a precárias situações de trabalho na cidade grande. Dessa maneira procura-se com o trabalho elencar elementos dessa realidade como base para uma discussão mais aprofundada da problemática a ela inerente.

2 - LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES UTILIZADAS

Desde logo, precisa-se destacar que no universo escolhido para estudo com base na origem, representada pelos bairros rurais do Município de Piatã na Chapada Diamantina no Estado da Bahia, todas as famílias têm parcela de seus membros integrados no processo de migração sazonal. Trata-se de fenômeno sazonal porque necessariamente numa parte do ano, aquela em que chove e não há como realizar o trabalho de fazer poços na construção civil, os trabalhadores voltam à suas terras e realizam as plantações. Noutra parte, quando a seca impede a lavoura, voltam a migrar para o trabalho nas cidades.

As informações foram obtidas numa série

de entrevistas com migrantes, procurando montar um panorama descritivo da origem e do destino dos envolvidos no processo. Na realidade da origem, foram realizadas entrevistas com 46 pessoas nas diversas obras da construção civil paulistana e, para completar, entrevistaram-se, também, doze pessoas mais velhas (50 a 70 anos), residentes ou que residiram na origem, buscando resgatar um pouco da história desse processo. Pela inexistência de um censo e de uma estimativa do número de pessoas envolvidas, foram entrevistadas todas as pessoas encontradas executando a atividade de poceiros nas obras visitadas. As doze pessoas mais velhas representam migrantes que exercem outras atividades na capital paulista e foram encontradas a partir de referências dos poceiros. As informações foram coligidas para os anos de 1993 e 1994. Os valores monetários de receita bruta, utilizados no decorrer do texto, foram corrigidos para preços vigentes em novembro de 1994.

As informações sobre a realidade do destino foram obtidas entre os mesmos 46 entrevistados nas diversas obras da construção civil paulistana e para completar entrevistaram-se, também, dezesseis pessoas entre mestres de obras e empreiteiros buscando elucidar aspectos operacionais do processo. Apesar de ter-se entrevistado apenas migrantes sazonais que no momento trabalhavam na cidade de São Paulo, esse perfil mostrou-se idêntico nas demais cidades abrangidas pelas empreiteiras estudadas, pois a origem dos migrantes e a forma de tratamento são semelhantes. Procurou-se captar os elementos mais gerais de ambas as realidades produzindo uma compilação de relatos formando um quadro sobre o qual se realizará um trabalho de pesquisa mais aprofundado. Em muitas passagens do texto utilizam-se expressões entre aspas que representam formulações enunciadas pelos entrevistados.

3 - ORIGEM: DIFÍCIL VIDA NA POSSE

A origem dos migrantes sazonais estudados localiza-se no Distrito de Cabralia do Município de Piatã no Estado da Bahia. Mais precisamente esse contingente está geograficamente situado nos Bairros da Malhada Grande, Cruzes, Corisco, Passagem Nova, Porcos, Pedra do Fogo, Zareia e Coxó, cujo

principal agrupamento de casas está próxima à "Rodovia Federal", estrada de terra que liga Piatã aos municípios mais ao norte como Boninal e Seabra. Esse conjunto de bairros vizinhos fica entre a sede do Município de Piatã e a sede do Distrito de Cabralia, da qual distam em média 6km. A formação urbana típica desses bairros está na distribuição de casas ao longo de uma estrada municipal de chão, com algum espaçamento umas das outras. O núcleo dessa formação é sempre uma venda, um campo de futebol, uma capela da igreja católica e mais recentemente um templo de uma igreja evangélica. Não há outro equipamento urbano importante, sendo o acesso a todos os serviços buscados nas aglomerações urbanas de maior porte que estão mais próximas.

3.1 - Bairros Rurais e Vida Comunitária

Entre os moradores dos bairros existem enormes laços de parentesco, entretanto em cada um as ligações familiares são muito maiores. Quase sempre tem-se um conjunto de casas dos vários filhos e genros em volta da casa de uma pessoa mais velha. A liderança dessa pessoa mais velha representa um fato significativo, pois a ela são devotados profundo respeito e admiração como pode ser comprovado pela própria denominação comum aos filhos tais como: "João de Tonho" ou "Tonho de Maria". Esse aspecto tem relevância, pois numa sociedade eminentemente machista onde a mulher ocupa sempre papel submisso são encontradas famílias cuja referência são mulheres e não homens, e nesses casos, são mulheres de personalidade forte que se impuseram nas relações familiares.

A esmagadora maioria das pessoas mais velhas são da religião católica. O profundo espírito cristão entre as famílias pode ser demonstrado pelas inúmeras comemorações religiosas onde a fé mistura-se com o folclore. Desses eventos o ponto alto são as festas juninas realizadas com danças e comidas típicas. Também são freqüentes os bailes realizados na casa de uma família, normalmente nos finais de semana, para os quais dirigem-se todas as pessoas das casas próximas e mesmo de alguma distância com transporte a cavalo ou em veículos lotados. Essas festas têm o condão de reforçar os laços de ligação familiar, pois deles participam moças e rapazes

solteiros que muitas vezes namoram e casam a partir desses encontros. Dessa maneira as festas funcionam como agregadoras da comunidade e fortalecedoras da religiosidade, pois nelas congregar pessoas de várias faixas etárias.

Uma particularidade levantada por todos os entrevistados diz respeito à pequena presença do padre de Piatã na vida religiosa da comunidade. A igreja funciona quase sempre como um serviço, onde são registrados os batismos e casamentos, numa característica típica de instituição pública tradicional. Isso por não ter significativo envolvimento na difusão da religiosidade deixada a cargo das pessoas mais velhas, que acabam introduzindo ritos próprios do folclore local aos rituais católicos. Aspecto que chama atenção é o fato de que o padre construiu patrimônio e nesse sentido suas relações mais próximas se dão com o conjunto dos proprietários das sedes dos municípios regionais. Diferentemente disso, os pastores evangélicos são escolhidos na comunidade, quase não têm patrimônio e com isso se fazem passar com melhor clareza "como um igual, um dos nossos" perante a população mais pobre.

A despeito desse distanciamento no plano social e religioso em relação ao padre, os professantes da fé católica devotam profundo respeito à figura de seu pastor, inclusive com elogios à sua retidão de caráter. Contudo, mesmo respeitado, o padre está colocado no grupo dos "abonados", pois na sua "fazenda" pratica os mesmos procedimentos em relação aos agregados que os demais proprietários da região.

Entretanto, esse vazio de presença orgânica da igreja católica tem permitido uma presença crescente das igrejas evangélicas. Apesar da resistência de algumas das pessoas mais velhas, o que tem facilitado esse avanço é a proximidade dessas instituições com a comunidade, cuja característica começa no próprio recrutamento dos pastores e ministros, realizados entre os próprios membros da realidade. Outro aspecto que pode explicar esse espaço para o crescimento está numa radicalização da fé religiosa como uma espécie de reação à "perversidão" perpetrada pela introdução de costumes urbanos na vida rural. Esses costumes e práticas "de safadeza" são aprendidos pelos migrantes mais jovens que após uma temporada em São Paulo tentam introduzir comporta-

mentos que não se coadunam com os costumes locais. Nos homens as drogas, pequenos roubos e principalmente o esnober da cultura paterna, nas moças principalmente o fato introduzirem a indumentária da cidade de roupas curtas e formas de namoro não aceitas.

Porém, o que choca muito as pessoas mais velhas é o fato de que esses jovens na maioria renegam terminantemente o trabalho na roça preferindo morar na periferia da capital onde acabam se fixando após algumas idas e vindas. Os jovens migrantes quase sempre voltam, já da primeira viagem, "modernos" com roupas, perfumes da "moda", aparelhos eletrônicos com fitas de música *pop*. Essa nova realidade para eles representam o "avanço" em relação à realidade de pobreza dos pais inseridos naquela vida rústica da roça, à qual não querem mais se submeter. Como o que ganharam na primeira migração normalmente representa pouco dinheiro, logo que ele começa a ficar escasso procuram, tão logo ajudem no plantio de alguma lavoura, voltar às metrópoles. Para impedir que os filhos, e principalmente as filhas, adotem esses costumes que não desejam, muitos pais vêm com bons olhos e até mesmo estimulam os mesmos a professarem alguma religião evangélica, na qual esses atos são condenados. Para as moças, a prática evangélica, pela rigidez moral, se traduz numa segurança aos pais. Isso porque acham que sendo "crentes", mesmo trabalhando nas grandes cidades como domésticas, "elas não vão se perder". De qualquer maneira são os jovens convertidos às religiões evangélicas que menos rejeitam a vida na roça e compreendem a situação dos pais, mais resignados que são pela "vontade de Deus".

Contudo, para esses mesmos pais, o crescimento das igrejas evangélicas tem produzido um maior distanciamento entre as famílias rurais dos bairros estudados. O primeiro elemento desagregador está relacionado à condenação pelos pastores da "perversidade" dos bailes. O crente praticante deve se abster desse tipo de divertimento. O segundo diz respeito às festas juninas e aos folclores, pois ao renegarem os "santos" nos quais não acreditam, os crentes o fazem também com todos os rituais inerentes a essas comemorações, sendo marcante a alegação entre os mais velhos que as "festas tem ficado sem graça" e esvaziadas. Inclusive porque com a ausência

dos crentes, nelas preponderam os jovens "modernos e pervertidos" que voltam à origem nessa época, pois "não podem perder as festas". O terceiro, aí mais afeito aos jovens do sexo masculino, está no afastamento dos crentes do time local, pois a "religião não permite" não pela prática do esporte em si, mas pelas comemorações que se seguem aos jogos. O esporte tem um papel fundamental no fortalecimento da consciência comunitária reforçando o "bairrismo" e com isso a união entre os moradores, sendo o maior feito "ganhar do time de Piatã", que reforça o ego e o orgulho dos habitantes locais.

Os reflexos do crescimento das igrejas evangélicas são sentidos no fato, não percebidos conscientemente pelos habitantes locais, a não ser alguns mais velhos, de que a ausência de uma vida comunitária mais intensa leva inexoravelmente ao afastamento entre as famílias, embora fortaleçam entre os crentes de uma mesma seita religiosa. O fato de várias seitas estarem atuando sobre a população local criou uma certa competição entre elas e principalmente do conjunto delas em relação aos católicos, abrindo espaço para o afastamento entre as famílias e mesmo entre elementos de uma mesma família que professam diferentes "tipos de fé", embora todas cristãs. Apenas numa condição essa desagregação se faz sentir em menor intensidade, trata-se de quando dada seita tem hegemonia absoluta sobre dado agrupamento rural, mas ainda assim este sofre do isolamento em relação aos demais bairros próximos.

Outro aspecto interessante, que está relacionado com a inserção da instituição religiosa na comunidade, diz respeito às constantes reclamações dirigidas à igreja católica quanto à cobrança de taxas de batismo, casamento e missa, enquanto isso não ocorre entre os praticantes de uma dada igreja evangélica em relação ao dízimo. A obrigatoriedade do dízimo é pouco questionada entre os crentes, apesar da rígida cobrança dos pastores sob pena de desligamento da igreja e do fato que representa parcela expressiva da renda de uma comunidade extremamente pobre. A explicação encontrada está na inserção orgânica praticada pelos pastores na comunidade adquirindo o *status* de dirigentes da vida de seus crentes, interferindo até mesmo em vários aspectos da vida pessoal, enquanto na igreja católica o distanciamento é a característica marcante. Outro elemento importante está na constatação de que os compor-

tamentos exigidos aos crentes nessas comunidades da origem baseiam-se em preceitos de ordem moral e na condenação de costumes "indesejáveis" de características muito mais rígidas e radicais que as encontradas entre participantes da mesma religião, nos grandes centros urbanos.

A vida comunitária tem como rotina a ida de toda família para a sede do Distrito de Cabrália, aos sábados, para participarem da feira onde os lavradores adquirem bens que não produzem e que são indispensáveis à sua sobrevivência. Compram vestuário e mantimentos em geral, na maioria das vezes óleos vegetais e com menor frequência verduras e frutas. Além desse aspecto, de necessidade para os modos de vida, essa visita à feira representa um acontecimento social importante, pois estabelece uma rotina de troca de experiências sociais entre membros de vários bairros. Na sede desse Distrito tem-se acesso aos serviços públicos como saúde, que na maioria das vezes exige deslocamentos até sedes de município vizinhos, notadamente em Seabra. A maioria dos tratamentos de saúde mais graves são realizados em viagens rotineiras à casa de parentes em São Paulo onde acessam e são atendidos em especialidades médicas. Ainda que tenham sido atendidos pela medicina especializada e achem-na fundamental, têm ainda grande influência nas comunidades os "curadores" que praticam "curas" com tratamentos com remédios caseiros.

Outra característica local está no meio de transporte utilizado nessas viagens às sedes distrital e municipal. Os veículos utilizados são na maioria das vezes camionetas sem capota movidas a gás de cozinha, mesmo os carros de passeio utilizam esse tipo de combustível. São adaptados por mecânicos da própria região, a partir de veículos usados adquiridos no Sudeste brasileiro e levados para a Chapada Diamantina por migrantes sazonais ou por antigos moradores da região que moram em São Paulo e obtêm algum lucro com a operação. O gás propicia maior economia com menor custo por quilômetro rodado embora com a inconveniência de impedir o trajeto dentro de cidades maiores e na Rodovia Salvador-Brasília que passa em Seabra, dado ser proibida a utilização desse tipo de combustível e correr-se o risco de apreensão do veículo.

Os donos dessas camionetas movidas a gás de cozinha prestam serviço de transporte remunerado

aos demais moradores dos bairros rurais, notadamente para atender casos de urgência médica ou de locomoção inadiável aos centros urbanos regionais. Uma atividade rentosa e relevante está no transporte dos "velhos", pois os aposentados da previdência social, a maioria analfabetos, precisam desses "transportadores" para receberem esse benefício, pagando pelo serviço prestado. Cada "transportador" tem um número de "velhos" sob sua responsabilidade e na data aprazada buscam essas pessoas em suas moradias, levam as mesmas aos bancos na cidade onde ajudam a receber o dinheiro e a realizar algumas compras e trazem-nas de volta ao local de moradia. Os interessados em prestar esses serviços de transporte empenham-se na tarefa "humanitária" de aposentar as pessoas com esse direito, tratando da tramitação da "papelada". As pessoas beneficiadas ficam eternamente gratas, pois os "beneméritos" fizeram "um favor que só Deus paga", uma vez que sem eles dificilmente obteriam acesso a essa política pública.

Outra questão importante a ser ressaltada em relação a essas pessoas que prestam serviços de transporte está no fato que a maioria tem enorme poder político sobre a comunidade, todos com laços familiares ou de "compadrio" com os "atendidos". Isso decorre da maior facilidade com que tratam as tramitações exigidas para acesso a serviços públicos como saúde e previdência, tornando-se interlocutores privilegiados. Nas campanhas políticas prestam serviços a candidatos e por meio deles realizam-se as trocas de favores que garantem "votação fechada" para os políticos escolhidos. Na comunidade está arraigada a concepção de fazer política para obter favores trocando votos por uma "melhoria". Conforme os relatos, na última eleição para prefeito um candidato obteve praticamente todos os votos da comunidade por ter "posto os postes" com os quais levaria energia elétrica aos bairros. Passada a eleição retirou os postes e não cumpriu a promessa tendo caído em desgraça, ao menos momentânea. O esquema de eleição dos vereadores segue a mesma trilha, uma vez eleitos obtêm "verba" para pequenos favores e emprego a baixos salários ("sem trabalhar" para os mais críticos) para mulher e parentes "de casa", submetendo-se à estrutura política dominante que parece imutável na visão dos moradores desses bairros rurais.

3.2 - Agropecuária Rudimentar e Baixa Renda

A agropecuária rudimentar, praticada sem o concurso de técnicas modernas, se constitui na principal fonte de renda dos moradores desses bairros rurais da Chapada Diamantina no Estado da Bahia. Trata-se de uma região extremamente seca em virtude de que alternam-se poucos anos de boa distribuição de chuva com outros onde a estiagem prolongada provoca perdas expressivas. Na opinião dos moradores não se trata de um volume de água inadequado, pois todo ano chove, mas em alguns isso se dá de maneira muito concentrada em um ou dois meses passando todo o restante "sem um só pinga d'água". Quando ocorre um ano bom, que não é normal, pois os mais velhos falam em um bom para três ruins, tem-se fartura que em nenhum momento faz lembrar a pobreza ocorrente nos demais anos. É preciso esclarecer que em torno da região têm-se áreas agrícolas irrigadas com elevada tecnologia como as terras de Barreiras mais ao norte e Brejo de Brito a oeste, a primeira grande produtora de grãos e a segunda de alho, ambas com elevada produtividade.

A propriedade da terra tem como base principalmente o direito de posse, pois embora alguns tenham documentação, a área titulada quase sempre se configura como muito menor que a verdadeiramente ocupada. A noção de tamanho de propriedade perde o sentido, pois a dificuldade de produção especialmente nos terrenos mais fracos denominados "gerais" muita área significa larga extensão para o pastoreio do gado na vegetação natural pobre, que redundava na verdade em pequena capacidade de produção. O mesmo ocorre com a "caatinga" para onde levam o gado em algumas épocas do ano. As titulações referem-se às terras geralmente mais férteis e menos sujeitas à seca, "os brejos", onde são cultivadas as culturas anuais, seja para comercialização seja para o sustento da família. A família que tem um bom "brejo" considera-se afortunada e quase sempre passa menos dificuldade de sobrevivência, mas essas áreas são tão limitadas que impedem maiores pretensões de expansão das lavouras.

A própria noção de limite de terras se configura como fato recente e as extensões são dadas pelos lavradores em "rolos de arame", numa referência explícita ao fato de que foram obrigados a essa providência para garantia da posse em virtude de

tentativas recentes de ocupação das mesmas. Em várias áreas dos "gerais" e da "caatinga" famílias se uniram e cercaram áreas necessárias ao pastoreio de seu gado, algumas estendendo de "300 a 500 rolos de arame". Como são rolos de 50 metros e cercas de três fios têm-se perímetros de 5 a 8,3 quilômetros que num quadrado representam lados de 1,2 a 2,1 quilômetros. Transformando isso em unidade de área têm-se os maiores tamanhos de 172,8 a 441,0 hectares, o que não representa grande extensão pela capacidade de suporte da terra em termos de animais por área e pelo número de famílias envolvidas nesses cercamentos maiores.

Esses cercamentos são um fato recente que na verdade acaba contradizendo a concepção de propriedade comunal da terra, que prevalecia até então, e são aceitos por necessidade para evitar a expulsão dessas áreas fundamentais às famílias. Durante longo tempo, o sistema que imperava era do "gado solto e das roças presas", pelo qual o rebanho marcado pastoreava em toda extensão em volta dos agrupamentos de casa vigiados a cada tempo pelos moradores que se ajudavam "olhando o gado dos demais nas suas cavalgadas". Para evitar que as rezes acabassem destruindo as plantações, cada "roçado" era cercado com arame durante todo o tempo do plantio até a colheita. Por essa razão, é que as áreas de limites melhores demarcadas estão localizadas nos "brejos" onde desenvolve-se o cultivo da maioria das lavouras e "os terreiros" em torno das casas de moradia. Hoje ocorre a sistemática do "gado preso e roça solta" onde o cuidado exigido para delimitar a área de pasto transferiu as preocupações para essa atividade antes desenvolvida com exploração conduta da vegetação nativa para pastoreio.

A pecuária representa a atividade mais desenvolvida dos bairros analisados, com rebanhos principalmente de mestiços de raças zebuínas como o Nelore e o Guzerá, bastante resistentes às condições adversas. Como as pastagens cultivadas são reduzidas e portanto a alimentação do rebanho não é adequada, as vendas de animais para o abate dão-se com quatro a cinco anos com peso vivo médio de 13 arrobas, ou seja, com peso bastante baixo. Tal se explica pelo fato que o animal até atingir esse ponto desde o seu nascimento teve de suportar pelo menos dois anos de seca drástica nos quais emagrecem profundamente, não recuperando-se a ponto de ter

um desenvolvimento satisfatório porque mesmo nos anos bons têm-se meses de seca, embora menos dramáticas. A taxa de mortalidade de bezerros é muito alta chegando a 40% dos nascidos nos anos mais secos, sendo freqüente a presença de aftosa e outras doenças, pois não ocorre sistema rígido de vacinação. Uma família "forte", dedicando-se somente à pecuária, tem em torno de 100 cabeças de gado de várias idades e vende cerca de 20 animais em ponto de abate por ano, que ao preço de R\$41,00 por arroba propicia uma receita de R\$10.660,00 anualmente para grupos de quatro homens adultos trabalhando. As demais famílias policultoras que vendem cinco animais em média, e são a maioria dos moradores, auferem receita bruta anual de R\$2.132,00.

O leite tem uma importância relativa, pois utiliza-se apenas para o abastecimento da casa e de alguns "camaradas" que trabalham as terras em regime de "meia". O fator limitante para a expansão da pecuária encontra-se na falta de pastagens de qualidade, cuja formação fica dificultada pela seca. Essas pastagens denominadas "mangas" podem se converter em importante fonte de renda nas épocas de pasto escasso para os maiores criadores da região. Uma "manga" bem formada de capim com tamanho em torno de 22 hectares que representa a extensão mais comum pode permitir o aluguel por dois períodos de dois meses por ano ao preço de R\$15,00 por cabeça mensalmente, como nela cabem 65 animais tem-se uma receita bruta anual de R\$1.950,00 para a família que disponha de "manga" em boas condições. Essa sistemática aplica-se aos maiores criadores cujo rebanho está superdimensionado em relação à área de pasto nos períodos de seca.

Nessa época, quando a estiagem é longa, caso a área de pasto comporte 40 cabeças em situação limite, se o criador tem 60 cabeças, podem morrer todas e não apenas as 20 excedentes. Muitos então cedem esse excedente de "meia" para quem tem "manga" disponível, no caso oferecendo dez cabeças pelo direito de alimentar as outras dez, diminuindo as perdas. Muitas famílias conseguem auferir ganhos mantendo "mangas" para conseguirem essas sistemáticas de "meia" pela exploração das mesmas. Essas pastagens plantadas não recebem adubação ou outro tratamento, deteriorando-se com rapidez, pois são apenas roçadas periodicamente e

utilizadas num sistema de rodízio longo, recebendo maiores rebanhos apenas nas épocas em que a alimentação nos "gerais" e na "caatinga" torna-se insuficiente, ou quando prepara-se um lote de animais para venda com destino ao abate.

No tocante às lavouras toda casa tem uma "chácara" de café com cerca de 1.200 pés em média, mas que tem limitações graves, pois normalmente "para cada ano que dá em outros dois não dá café" pelos efeitos da seca. As plantações de café não recebem qualquer tratamento como adubação e controle fitossanitário e apenas "os mais caprichosos colocam esterco de vaca em volta dos pés". A variedade utilizada de introdução muito antiga, e da qual os moradores não sabem a denominação, são plantas de porte alto que duram 20 anos, mas que apresentam enorme dificuldade para a colheita gerando grandes perdas. A introdução da variedade "Caturra" de porte baixo e de colheita mais fácil tem o inconveniente de exigir adubação adequada e ter menor resistência à seca durando apenas cinco anos. Além disso, a formação do café "baixinho" exige a preparação de mudas, enquanto no café "alto" basta esperar a época de chuva e a partir das mudas que nasceram dos grãos desperdiçados na colheita anterior renovar ou ampliar a "chácara". Em termos de receita bruta obtém-se com a venda de café cerca de R\$250,00 nos anos bons.

No tocante às lavouras, as principais são o milho consorciado com feijão e a mandioca. A primeira safra de feijão é plantado logo após a primeira chuva no espaçamento de 70cm entre as covas e a mesma distância de uma linha para outra. A terra é tombada com arado puchado por bois e o plantio realizado com cavadeira em novembro para colher em fevereiro. O milho é semeado também em novembro no espaçamento de 2,25 metros entre linhas e 30cm entre covas, sendo colhido em abril. No meio das linhas é semeada em março a safra de feijão da "librina" (chuva fina e diferente da chuva de verão da outra safra) no mesmo espaçamento para ser colhido em junho. As capinas são realizadas com enxadas e atingem apenas o feijão que recebe uma "passada" por safra. Essas culturas não recebem adubação ou tratamento fitossanitário, sendo as sementes oriundas da própria roça. Por essa razão a variedade "azteca" é o milho mais plantado não se utilizando híbridos, e no caso do feijão as variedades

mais cultivadas são carioquinha e rosinha.

Quanto à dimensão dessas lavouras, são diminutas alcançando em média "8 tarefas" que correspondem a 1,74 hectare que produz, em anos bons, 22 sacos de 60kg de feijão por safra com produtividade de 758kg/ha, embora a média dos últimos três anos seja de apenas 7 sacos de 60kg (241kg/ha). Computando-se duas safras boas de feijão por ano obtêm-se 44 sacos de 60kg gerando um excedente de 30 sacos que a R\$43,00/sc. permitem auferir uma receita bruta de R\$1.290,00/ano. O milho obtido, equivalente a cerca de doze sacos de 60kg, destina-se totalmente à alimentação dos animais de tração, especialmente os cavalos, ainda importante meio de locomoção. Outra cultura alimentar relevante é o arroz, "plantado só para o gasto", atingindo uma área de "3 tarefas" (0,65 hectare) que produz, nos anos bons, cerca de 12 sacos de 60kg em casca (1.108kg/ha). Essas produtividades, contudo, na maioria dos anos não se concretizam em razão da ocorrência de seca.

A mandioca é plantada normalmente em dezembro quando já acabaram as operações de plantio das culturas alimentares, destinando-se à produção de farinha. O ciclo médio varia de 2,5 a 3 anos com colheita entre maio e outubro realizada antes da primeira chuva de verão pelas mulheres e por quem não migrou. Essa cultura não recebe adubação ou outro tratamento específico somente sendo "limpa" se houver grande infestação de ervas daninhas. Cada ano tem-se o cultivo de "5 tarefas" de mandioca (1,09 hectare) perfazendo um total de mandiocais de vários anos de "15 tarefas" (3,27 hectares). A colheita e o preparo anual de farinha em anos bons permitem obter 45 sacos de 60kg de farinha dos 1,09 hectare, e como 15 sacos são reservados para o consumo, pois esse produto faz parte da dieta obrigatória e de toda a culinária local de doces e confeitados, restam 30 sacos que vendidos a R\$70,00, perfazem uma receita bruta de R\$2.100,00/ano.

Caso todas as famílias tivessem receitas em todas as atividades, a receita bruta total seria de R\$7.722,00 para agrupamentos mais amplos de em média treze pessoas, normalmente o pai e a mãe com três filhos solteiros e mais dois casados (com mulher no caso de homem e genro no de mulher, além de, em média, quatro netos) que moram na mesma propriedade. Como são nove as pessoas que traba-

ham na roça, a receita anual média por pessoa fica em torno de R\$858,00, o que representa uma renda bruta mensal média de R\$71,50, ou seja, equivalente a um salário mínimo vigente em novembro (R\$70,00). Trata-se, pois, de uma comunidade que caracteriza-se por ser de baixa renda, ainda assim para aqueles que detêm a posse de áreas propícias a essas culturas. Caso contrário submetem-se aos esquemas de "meia" para plantarem em terras de terceiros, principalmente se a área que ocupam não tiver "brejo" que permita produzir alimento. Nessa opção recebem a terra roçada, tombada e a semente para cuidar da lavoura e colher, entregam metade da produção ao "dono do brejo". A receita bruta do meeiro atinge, então, metade do que obteria se plantasse em terra de sua posse³.

As vendas dos produtos são feitas para caminhoneiros que percorrem os bairros nas épocas de colheita, quase sempre comprando a preços baixos. Outro aspecto a ser lembrado é que nos bairros estudados, a despeito de toda a problemática da baixa renda e da seca, não se encontraram projetos apoiados com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), cujos recursos visam atender exatamente à situação de pobreza ali encontrada. A única política pública consistente claramente visualizada no local é a de aposentadoria do lavrador pela previdência oficial. A equalização dos vencimentos dos aposentados rurais com os urbanos, com a fixação de piso de pelo menos um salário mínimo, teve como impacto a melhoria das condições de vida. Essa política tem permitido às famílias uma renda maior que a obtida por cada pessoa na lavoura. As famílias com dois "velhos" têm uma renda familiar expressiva para os padrões locais: "sofrem menos" que as demais. Desse modo, tem-se uma maior persistência dos "velhos" na roça em relação aos mais novos que têm de complementar suas rendas com a migração sazonal, "... enquanto aguardam ansiosamente a velhice".

4 - DESTINO: A ESCURIDÃO DO FUNDO DO POÇO

A viagem dos migrantes sazonais para os centros urbanos onde trabalham na construção civil é realizada de ônibus e segue duas razões básicas. A

primeira, mais freqüente em épocas de mercado imobiliário aquecido ou de obras públicas, dá-se quando o empreiteiro tem uma ou mais obras contratadas e "manda buscar gente para tocar o serviço". A segunda decorre da piora das condições de vida na origem com perda da lavoura e do gado por seca prolongada, obrigando os migrantes a tentarem obter qualquer recurso para sobrevivência da família numa ocupação na cidade. No primeiro caso, o empreiteiro empresta o dinheiro para a viagem e despesas que será descontado "do ganho" e, no segundo, o próprio migrante toma dinheiro emprestado de alguém de mais posse na origem para pagar quando começar a trabalhar na cidade. As obras das empreiteiras da capital paulista são realizadas em todas as grandes cidades do interior e de outros estados vizinhos, principalmente Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Mato Grosso do Sul.

4.1 - Vida na Obra e Submissão Social

O poceiro representa a mão-de-obra utilizada na construção da estrutura de sustentação do prédio. Após chegarem da Bahia, "se mandaram buscar" vão direto para a obra e, caso não tenham emprego arrumado, vão direto para a casa de parentes que vivem nas periferias da capital paulista. Desse ponto, passam a procurar ocupação entre as empreiteiras com obras em andamento, visando "arrumar dinheiro o mais rápido possível", pois precisam mandar algum dinheiro para a família (que ficou na origem), sobreviver na sua estada longe de casa e inclusive pagar o dinheiro que havia tomado na origem e assim livrar-se rapidamente dos juros altos que são cobrados nessas situações. Desse modo, na condição de vir com emprego arrumado, representa uma situação muito mais favorável, uma vez que rapidamente podem pagar o dinheiro para passagem e gastos de viagem adiantados pelo empreiteiro para o qual veio trabalhar.

O migrante sazonal que fez a viagem sem emprego arrumado enfrenta privações e problemas de várias ordens especialmente em conjunturas desfavoráveis à construção civil. Nessa realidade muitas vezes o fato de ter migrado em vez de aliviar as dificuldades acabam piorando, pois sem trabalho não consegue mandar dinheiro para a família e pagar o

emprestador dos recursos para a viagem, cujo montante cresce rapidamente em face dos juros. Assim, a extrema dificuldade sofrida pelo migrante desesperado em busca de emprego expõe a família a privações na origem, pois esta sobrevive de favores sem dinheiro e crédito, pois "ninguém vende fiado a caloteiro". Com "muito custo o sujeito deve dar graças se juntar o dinheiro para a passagem e pagar as contas" e retornar à origem sem nada que reduza o sofrimento da família em necessidades pondo toda sua esperança nas safras plantadas no período das chuvas. Aos migrantes interessa um mercado da construção civil aquecido, especialmente de apartamentos para a classe média e alta e grandes obras públicas, pois "casa de pobre não precisa de poço".

Na situação de oferta razoável de emprego, o migrante sazonal encontra ocupação com rapidez. Isso é facilitado pelo fato de que os empreiteiros mais importantes são na verdade parentes desses poceiros, ou no mínimo grandes conhecidos, pois são da mesma origem. No caso das empreiteiras que não são de propriedade de ex-migrantes ocorre a existência de "encarregados" oriundos das regiões de origem. Desse modo, a estrutura hierárquica numa obra está envolvida por fortes laços de parentesco reforçando o poder de comando e submissão das empreiteiras sobre o conjunto dos poceiros. Às construtoras da obra que contratam essas empreiteiras não sobra responsabilidade, pois os poços são realizados num sistema totalmente terceirizado, eliminando, numa situação precária de trabalho com alto risco, o surgimento de "problemas".

O poceiro é um dos primeiros operários a chegar ao local da obra. Começa a trabalhar tão logo a terraplanagem de regularização do terreno e nessa condição a infra-estrutura de alojamentos ainda é precária. Quando construídos, esses alojamentos compreendem o local de dormitório ocupado por beliches, banheiro e cozinha. Os poceiros fazem a comida na própria obra em fogões a gás com mantimentos fornecidos pelos empreiteiros. A alimentação básica constitui-se de um café da manhã, almoço e janta. O café da manhã é tomado puro, sem leite, comendo pão quando existe padaria perto, caso contrário ingerem um ovo frito. Essa refeição é realizada bem de madrugada para aproveitar bem o ar fresco da manhã quando o trabalho rende muito

mais que no meio do dia com o sol quente. O almoço é composto quase sempre de arroz, feijão e batata com carne a cada dois dias, mesma composição da janta e às vezes do café da tarde. Quando a obra é muito grande, os poceiros contratam uma mulher para cozinhar para eles "melhorando a comida" e aumentando a produção por evitar perda de tempo com o preparo dos alimentos.

Nos dias bons, representados pelos dias secos, todo o tempo é dedicado ao serviço que termina apenas à noite quando os poceiros exaustos tomam banho e vão dormir. Esse ritmo vai de segunda a sábado sem parar se o "tempo permitir" porque os dias chuvosos são perdidos, uma vez que sendo pagos por empreita não ganham as horas paradas. Dessa maneira, existe uma certa funcionalidade da migração sazonal, pois o maior rendimento do trabalho no poço dá-se no período de seca e não há roça plantada na origem. No momento em que aumentam as chuvas no destino ocorre o mesmo na origem, permitindo a viagem de volta exatamente quando o rendimento do trabalho de poceiro se reduz por dias perdidos. Na obra, as saídas dão-se principalmente nos finais de semana, alguns para a casa de parentes a procura de notícias, outros para o Terminal Rodoviário do Tietê a procura de um conhecido de confiança para levar carta e dinheiro à família ou ainda saem a procura de "parceira". De qualquer maneira são saídas rápidas para retornar ao local de trabalho ainda na noite de domingo para "começar no batente segunda-feira bêm cedinho".

Dessa maneira enquanto o poceiro está em São Paulo entrega-se totalmente ao trabalho para conseguir o máximo de dinheiro possível, sobrando quase nenhum tempo para o lazer. Sua relação com o empreiteiro caracteriza-se pela profunda submissão, pois lhes são gratos por conseguirem trabalhar e terem comida boa, muito melhor que a possibilidade de fome na origem. Na verdade trata-se de um círculo vicioso, porque ao relacionar-se bem com o empreiteiro o poceiro procura hoje assegurar lugar dentre os homens preferidos para amanhã numa conjuntura desfavorável não serem descartados. Por outro lado, os laços familiares ou de parentesco ou conhecimento com os empreiteiros criam um clima de que os poceiros fazem parte da família. No caso de doença, tanto para a mulher e filhos que ficaram na origem, como para o próprio migrante sazonal, o

atendimento pronto e a atenção dispensada pelo empreiteiro estreita ainda mais essa submissão, pois sendo mais ágil na burocracia, este consegue atendimento nos serviços públicos de saúde que isoladamente o poceiro dificilmente conseguiria.

Outro aspecto importante dessa identificação do poceiro com o empreiteiro está nas posições políticas como se ambos tivessem interesses essencialmente iguais. O empreiteiro tem interesse em obras de vulto que garantam serviço para sua empresa por longo tempo. Dessa maneira, não lhe interessa construções de casas populares ou obras sem grandes estruturas de concreto, pois não há espaço para sua atividade. Assim, tem uma enorme aversão pelo discurso da necessidade de obras sociais, especialmente aquelas realizadas por mutirão ou organização da comunidade. Esse discurso é combatido com o argumento que reduz a oferta de emprego e se trataria de "pura demagogia". De uma maneira geral, os poceiros, com eles são solidários os parentes que moram definitivamente na periferia da capital, professam a crença política de que governar é fazer obras grandes e gerar empregos como forma de diminuir a miséria. Tem-se, portanto, uma identidade entre patrão e empregado de que o perfil de político ideal é "o tocador de obras".

Essa posição política vem de encontro com a concepção dos poceiros a respeito do sindicalismo. Dentre os entrevistados, nenhum havia estabelecido contato com o sindicalismo de trabalhadores e tem uma concepção negativa dos sindicatos mais combativos, pois para eles os sindicalistas "fazem muita política e nada pelo trabalhador" e encaram "as greves como badernas e os grevistas vivem às custas dos trabalhadores". Reproduzem dessa maneira o que há de mais arcaico na ideologia dominante, e mesmo as muitas idas e vindas não alteraram significativamente suas posições sobre o assunto. Questionados sobre os avanços conseguidos por categorias mais organizadas como os bancários e os metalúrgicos ficam sem ter resposta e amenizam a crítica, o que revela um certo espaço para a contra-argumentação consistente frente às idéias incutidas pela organização dominante.

Dessa realidade de completa desorganização sindical decorre uma situação de inobservância dos direitos trabalhistas básicos. Os poceiros normalmente são empregados mediante contratos "de boca" nos

quais prevalece uma relação de compromisso com o patrão. Com isso, não recolhem as contribuições previdenciárias e não têm qualquer outro direito a não ser o pagamento pelo serviço executado "por empreita". São, portanto, clandestinos no mercado de trabalho ficando fora do emprego formal. Nas poucas vezes em que são registrados trata-se de "dar um jeito num problema". Esses casos relacionam quase sempre a acidentes de trabalho com morte ou doença grave, em que um escritório dos empreiteiros providencia rapidamente o registro ("esquentam a carteira") para garantir a "pensão da viúva" ou o tratamento da enfermidade. Para os tratamentos de saúde corriqueiros buscam-se os hospitais públicos sem a garantia previdenciária.

Três características do mercado de trabalho para poceiros influenciam diretamente essa postura alienada e submissa. A primeira está no fato de que sentem-se proprietários (embora posseiros na origem) por terem terras na origem e o grande sonho é tornarem-se agricultores permanentes e produtivos, "com água para eliminar a miséria da seca, a terra lá de casa é forte e produz bem, falta só água". A segunda, derivada da anterior, reside na crença de que apenas ocasionalmente são poceiros. Com isso, existe enorme dificuldade para a organização da categoria que nega-se a si própria. Essa limitação é ainda reforçada pelas constantes mudanças de local, pois uma obra dura em média dois meses e nem sempre tem-se a continuidade dos mesmos membros do grupo por acampamento. Essa inconstância do local de trabalho e do grupo impede um trabalho de politização e organização efetivos a partir de intervenções apenas no destino, onde situam-se as estruturas sindicais. A terceira decorre do próprio caráter da sazonalidade, pois os contratados por um empreiteiro num período, se participarem mais ativamente de um esquema de organização e politização, ao retornarem à origem não recebem novas propostas de contrato, pois "só criam problemas". Desse modo, caso seja interesse patronal desmobilizar a ação, não são mais chamados ou "são colocados no gelo por um tempo até aprenderem".

Finalizando, o que reforça todo esse quadro de submissão é o prestígio do empreiteiro junto à família do migrante sazonal, uma vez que o mesmo, além de "dar atenção em caso de necessidades", estabelece uma vigilância sobre "o amigo", evitando

que o mesmo se envolva com "mulherada e gaste todo o dinheiro" ou "se entregue à bebida". Esse controle moral tem a aprovação da família principalmente "sobre os mais descabeçados" que são justamente os mais impulsivos e contestadores. Tamanha é a pressão desse aparato de coerção que existe um respeito verdadeiramente religioso pela figura do empreiteiro, o que impede inclusive as tentativas de tentar mostrar aos poceiros uma visão crítica do comportamento do patrão. Na verdade, o poceiro jovem ao olhar seu patrão vê nele um espelho que reflete uma condição de vida que almeja no futuro, "se ele deu certo e é do mesmo lugar, porque eu também um dia não vou dar". Para os migrantes mais antigos, de muitas idas e vindas, o empreiteiro é visto como o retrato invertido do poceiro que reconhece a legitimidade dessa inversão como fruto do "destino como Deus quis".

4.2 - Trabalho Pesado e Baixa Remuneração

O trabalho de construção começa ainda na madrugada e segue em ritmo frenético durante todo o dia com pausa para refeições e às vezes para tomar água e café, com os poceiros enlameados em barro ou sujos pelo contato físico com o terreno. O poço ou tubulão é perfurado diretamente no terreno sem qualquer proteção das paredes contra possíveis desbarrancamentos. O padrão mais freqüente desses tubulões compreende uma perfuração no solo de um buraco o mais perfeitamente redondo possível, com diâmetro de 0,70 metro, embora alguns possam ser mais largos. A profundidade da perfuração deve atingir exatos 6 metros do nível estabelecido para a superfície na operação de terraplanagem. Para aumentar a sustentação do prédio sobre o terreno nos últimos 1,10 metro dessa altura estipulada, é construída a "base" em que o diâmetro de 0,70 metro é alargado para 2,10 metros. A visão do corte vertical de um poço representa um funil invertido enquanto na horizontal visualiza-se um buraco com 0,70 metro de diâmetro (Figuras 1 e 2).

Essa construção sem sustentação das paredes é enchida diretamente com concreto até uma certa altura (em geral a 2 metros da "boca" medidos de cima para baixo) quando então recebem as ferragens sobre as quais se sustentarão as colunas do

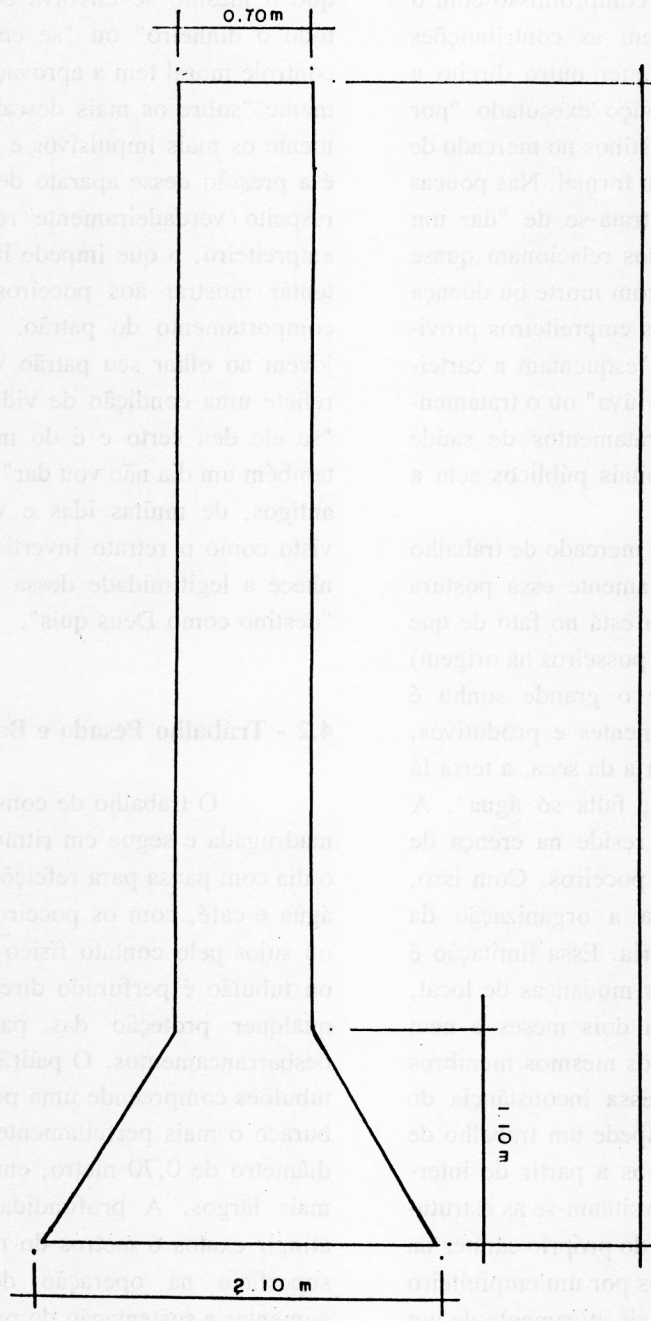


FIGURA 1 - Corte Vertical da Estrutura de um Poço Típico da Construção Civil Paulistana.

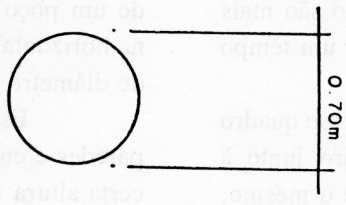


FIGURA 2 - Corte Horizontal de um Poço Típico da Construção Civil Paulistana.

prédio. Uma obra média tem em geral de 38 a 40 "tubulões" desse porte e representa a estrutura que suportará todo o peso da construção realizada acima dela e, portanto, é dimensionada em função da altura prevista para a obra. O acompanhamento rotineiro é realizado pelo "encarregado" da obra por parte do empreiteiro e pelo engenheiro civil responsável pela fundação do prédio. As distâncias entre os poços são estabelecidas no plano de obras e as marcações realizadas pela equipe de topógrafos da construtora responsável cabendo aos poceiros, sob coordenação do "encarregado", executar o "serviço traçado".

Os equipamentos utilizados são rudimentares constituindo-se de um "sarilho" ou "cambito", uma cavadeira de 20 centímetros de largura com cabo de 2 metros, uma pá de cabo curto, um balde e uma corda de 15 metros. O "sarilho" representa uma estrutura que instalada sobre o poço permite, com o auxílio do balde puxado com a corda, a retirada de terra das escavações quando estas vão ganhando maior profundidade. A terra é descompactada usando-se da cavadeira e com a pá enche-se o balde. Esse trabalho configura-se como exigente de força bruta e não foi encontrada, nas obras visitadas, máquinas que levassem à mecanização completa dessa operação.

A mecanização parcial pode ser realizada com perfuratriz montada sobre um caminhão que abre o tubulão, mas não consegue fazer a base, o que exige que o poceiro desça na escavação para realizar esse trabalho final. Em termos de produtividade do trabalho, uma dupla de poceiros em operação não mecanizada constroem um poço completo por dia enquanto que a perfuratriz faz 30 no mesmo período, mas exige uma dupla que consiga fazer três bases por dia. Portanto, a mecanização parcial aumenta a produtividade do trabalho em 545% em média, ou seja, apesar de elevar enormemente o rendimento do serviço, deixa a parte mais perigosa para a realização manual.

A escavação do início até a profundidade de 2 metros é realizada pela dupla sem entrar no buraco. Enquanto um, postado dentro do poço, escava e enche o balde (que cheio de terra seca pesa em torno de 45kg), o outro fora do tubulão encarrega-se de despejá-la em local designado distante cerca de 4 metros do local. A partir dos 2 metros de profundidade o poceiro que fica dentro do buraco escava, enche o balde e engata o gancho da corda na alça do

mesmo para que, com o auxílio do "sarilho", o poceiro que está em cima levante o balde cheio de terra escavada e a jogue no local indicado. Essa operação repete-se continuamente até o final da construção do tubulão ocorrendo um revezamento combinado entre os poceiros no tocante às operações de escavação e retirada da terra. A perfeita sintonia entre os membros da dupla, além de evitar acidentes, aumenta a produtividade do trabalho e com isso a remuneração diária desse serviço pago por produção.

Após terminado o poço, as medidas exatas são conferidas pelo engenheiro que desce no buraco, faz a vistoria e libera a escavação. "Caso o poço não esteja conforme", ou seja, não atenda às especificações do projeto, o mesmo deverá ser adequado aos padrões estabelecidos pelo engenheiro, o que muitas vezes representa perda inestimável de tempo. Esse tempo perdido representa redução no potencial de ganho diário para a dupla de poceiros. A produtividade de 2,5 poços por dupla/dia, só é possível em terrenos bons que são os solos arenosos. Na presença de argila esse rendimento diminui, sendo que na presença de pedra esse índice reduz-se drasticamente. Quando se encontra pedra utiliza-se equipamento adicional, um perfurador por compressão para quebrar a rocha que, além de ser uma operação de maior exigência física, produz um barulho ensurdecedor. Cabe lembrar que a perfuração mecanizada só produz 10 tubulões por dia na argila e não pode ser operada na presença de pedra, ou seja, nessas condições mais difíceis o trabalho é manual.

A remuneração desse trabalho gira em torno de R\$3,50 por metro linear de tubulão em terrenos arenosos, valor este aumentado para R\$5,00 na presença de argila ou pedra. Um poço de 6 metros de profundidade em terreno bom rende R\$21,00 para a dupla, ao que deve ser acrescido R\$22,00 por base de 2,10 metros. Desse modo cada dupla consegue R\$43,00 por dia, a remuneração diária de cada membro totaliza R\$21,50 que em 26 dias trabalhados em média por mês representa R\$559,00. Com a estada na capital paulista por 6 meses, em anos normais, aproveitam-se como dias úteis em média 5,5 meses, em cada vinda da migração sazonal, a receita bruta de um poceiro atinge R\$3.074,50 que "tirando os gastos dá para levar R\$2.000,00 para casa". Deve ser ressaltado que essa remuneração corresponde a

anos normais para cada poceiro integrante de dupla de bom rendimento, pois para os poceiros no geral têm-se ganhos de R\$400,00/mês em média, que correspondem a R\$2.200,00 por migração dos quais "uns R\$1,5 mil limpos".

Tendo como base os preços pagos pela construtora da obra ao empreiteiro de tubulões pode-se chegar à margem bruta que obtém com os serviços prestados. O pagamento gira em torno de R\$13,00 por metro linear, num poço de 6 metros têm-se R\$78,00 por dupla, ao que devem ser acrescidos R\$88,00 por base de 2,10 metros. Desse modo, cada poço rende ao empreiteiro R\$166,00, como cada dupla faz um poço por dia, a remuneração bruta diária revertida ao empreiteiro por poceiro é de R\$83,00/dia. Num mês de 26 dias úteis, cada poceiro rende ao patrão R\$2.158,00, que descontados do pagamento do empregado dá uma margem bruta de R\$1.599,00/mês, ou seja, R\$8.794,50 por migração de cada poceiro. Em percentagem de cada R\$100,00 o empreiteiro fica com 74,1% e o migrante sazonal com 25,9% na proporcionalidade dos rendimentos brutos. Por obra de 38 tubulões que pode ser realizada em um mês, o empreiteiro tem uma receita bruta de R\$6.308,00.

Trata-se de trabalho pesado que redunde em baixa remuneração pelo serviço equivalente a cerca de oito salários mínimos de R\$70,00 por poceiro para as melhores duplas e cinco salários para as duplas médias, além de expor o migrante sazonal a elevados riscos. Os poceiros estão sujeitos, quando estão dentro do buraco, a três tipos de acidentes quase sempre fatais: a) quebra da corda ou escape do balde; b) o poço fechar; e c) asfixia por gás tóxico. No primeiro caso, escape do balde, o poceiro que está fora ao sinal do companheiro que está dentro do poço começa a alçar o balde pesado, com 45kg de terra e antes de chegar ao topo, o balde escapa. Isso ocorre ou por ruptura da corda, ou por desengancho do gancho que liga o balde à corda, que é o caso mais comum. Isso é fruto da desatenção do poceiro de baixo, que encaixando mal o gancho possibilita que o balde se desprenda. Em segundos esse balde de 45kg despenca por 5 metros ou mais e atinge a cabeça do poceiro que está dentro do poço, sem que este tenha chance de se desviar ou reagir pela velocidade e falta de espaço.

No segundo caso, por motivos de várias

ordens, dentre as quais a mais comum é a existência não percebida a tempo de fossa antiga paralela à parede do poço, a parede e a base desmoronam sobre o poceiro de baixo matando-o por asfixia sem chances de salvação. No terceiro, ocorre a exalação de gás tóxico pelo solo na construção da base e esse gás mata o poceiro que está em baixo por asfixia sem condições de salvamento rápido, pois o mesmo fica mole e difícil de ser içado. Esse último caso pode ser prevenido se percebido a tempo, jogando cal e ramo verde e, em situação mais grave, com ar comprimido por compressor elétrico para dentro do poço. Por quaisquer dessas formas a morte trágica consiste num perigo que ronda incessantemente a vida do migrante sazonal no seu destino de ficar na escuridão do fundo do poço.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sociedades de desenvolvimento capitalista, marcadas pelas desigualdades sociais e aprofundadas no plano regional no caso brasileiro, fazem conviver a modernidade com formas arcaicas de exploração do trabalho humano. Como decorrência disso há migrações sazonais de lavradores de regiões pobres, onde as condições de sobrevivência são extremamente difíceis pela seca, para regiões ricas que garantam a sobrevivência de suas famílias. Deixando sua origem, destinam-se às zonas produtoras de matéria-prima agroindustrial especialmente para a de colheita de cana, laranja, algodão e também para trabalhar na construção civil como poceiros, em ambas as situações sob condições precárias de trabalho.

Na origem como posseiros praticam uma agropecuária sujeita à enorme incerteza decorrente de viverem em região sujeita a secas prolongadas que dizimam rebanhos e destroem plantações. O nível tecnológico dessa atividade mostra-se extremamente baixo levando a rendimentos reduzidos mesmo em anos sem seca e, além disso, a venda a caminhoneiros não permite a adequada valorização do produto. Nesse contexto prolifera uma estrutura de dominação política reforçada pela condição de miserabilidade dos moradores frente às poucas pessoas ricas. As restrições alimentares sempre presentes nos períodos de seca mais drásticos e, principalmente, a baixa

renda derivada das atividades agropecuárias fazem da migração sazonal a única possibilidade de tentar garantir a sua sobrevivência e a de seus familiares.

No destino como poceiros enfrentam as dificuldades da cidade grande executando a tarefa de construir a base de sustentação dos arranha-céus, pois dos tubulões que escavam no solo erguem-se colunas e pilares que formam a fundação que dá solidez à estrutura dos prédios. Submetem-se a esse trabalho pesado com jornadas de trabalho longas para guardar

algum dinheiro com o qual pretendem voltar às origens e diminuir o sofrimento de sua família da qual se afastara por meio ano. A modernidade das zonas de expansão imobiliária da capital paulista e outras grandes cidades do Centro-Sul brasileiro tem em suas entranhas, a viabilizá-la, um contingente de migrantes sazonais que arriscam a vida no trabalho. E esses poceiros, que por seis meses são, homens urbanos trabalhando na construção civil, são, na verdade, posseiros, que também por seis meses são homens rurais lavrando a terra.

NOTAS

¹Este texto apresenta os primeiros resultados do projeto SPTC 16-029/94, denominado "De Posseiros a Poceiros: Migrações Sazonais de Lavradores para Trabalhar na Construção Civil", no qual o tema será aprofundado. Este estudo faz parte de colaboração do autor com o Serviço Pastoral dos Migrantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (SPM/CNBB), que incentivou e tem auxiliado na discussão do problema, embora as opiniões emitidas no trabalho sejam de responsabilidade exclusiva do autor. Recebido em 22/12/94. Liberado para publicação em 16/03/95.

²Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

³Essa exemplificação corresponde ao quadro vivido pela família típica, da qual invariavelmente algum membro realiza a migração na forma descrita. Importante salientar que essas famílias não têm uma idéia muito clara de tamanho de área, sendo que, em geral, têm posse sobre 30 a 100 hectares que exploram em ações de rodízio para lavouras. É comum a cessão de direito de uso por "uma planta" a um outro membro da comunidade.

LITERATURA CITADA

BAPTISTELLA, Celma da C. L. et alii. O trabalho volante na agricultura paulista e sua estacionalidade, 1985-93. *Agricultura em São Paulo*, SP, 41(3):61-83, 1994.

GEBARA, José J.; BACARIN, José G.; BORBA, Maria M.Z. O mercado de mão-de-obra volante na cana-de-açúcar e a migração sazonal.

Jaboticabal, FCAVJ/UNESP, 1986. 66p. mimeo.

MARTINE, George. A mobilidade geográfica da população brasileira: tendências recentes e perspectivas. Brasília, s.ed., 1993. mimeo.

VEIGA FILHO, Alceu de A. et alii. Análise da mecanização do corte da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. *Informações Econômicas*, SP, 24(10):43-58, out. 1994.

DA POSSE AO FUNDO DO POÇO: MIGRAÇÃO SAZONAL DE LAVRADORES DA CHAPADA DIAMANTINA NO ESTADO DA BAHIA PARA TRABALHAR NA CONSTRUÇÃO CIVIL PAULISTANA

SINOPSE: O trabalho analisa o processo de migração sazonal de lavradores da Chapada Diamantina no Estado da Bahia para trabalharem na construção civil da capital paulista. As razões desse processo estão associadas na origem à baixa renda derivada de uma agropecuária sujeita a períodos prolongados de seca, o que obriga essas pessoas a buscarem sobrevivência noutras atividades. De posseiros na origem passam a poceiros no destino.

Palavras-chave: exclusão social, migração sazonal, agricultura nordestina, construção civil.

FROM SQUAT TO DEEP OF WELL: PEASANTS SEASONAL MIGRATION FROM CHAPADA DIAMANTINA OF BAHIA STATE IN ORDER TO WORK IN THE CIVIL CONSTRUCTION IN SAO PAULO CITY

ABSTRACT: This essay analyses the peasants seasonal migrations process from Chapada Diamantina in Bahia in order to work in the civil construction in Sao Paulo city. The reasons of this process in origin are linked to low income derived from an agriculture related to drought prolonged periods which oblige these people to look for survival in other activities. From squatters in origin they become diggers of wells in fate.

Key-words: social exclusion, seasonal migration, Northeastern agriculture, civil construction.